



Consulta Preliminar ao Mercado

(artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos)

Abertura de procedimento de formação de contrato público para aquisição de serviços para elaboração de Mapa de Ruído (situação existente e prevista), Carta de classificação de zonas sensíveis e mistas, Mapa de Zonas de Conflito Acústico e Plano Municipal de Redução de Ruído

outubro de 2019



1. ENQUADRAMENTO

Os Mapas de Ruído deverão atender às exigências legais e diretrizes aplicáveis, fornecer informação adequada ao diagnóstico da situação acústica do Município e permitir a conceção de um modelo territorial que atenda às fontes de ruído, à respetiva envolvente acústica e aos objetivos de qualidade acústica.

O Mapa de Ruído do Município de Azambuja foi elaborado em maio de 2005, tendo por base Regime Legal sobre a Poluição Sonora – Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro, a Diretiva Comunitária 2002/49/CE relativa à Avaliação e Gestão de Ruído Ambiente, as Notas Técnicas elaboradas pela DGA/DGOTDU – “Princípios Orientadores para a Elaboração de Mapas de Ruído” e as “Recomendações para Seleção de Métodos de Cálculo a Utilizar na Previsão de Níveis Sonoros”.

O referido mapa de ruído foi atualizado em dezembro de 2011, no âmbito do novo Regulamento Geral do Ruído - DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro e nas Diretrizes para a Elaboração de Mapas de Ruído – versão 2, publicadas pela Agência Portuguesa do Ambiente, em junho 2008, tendo ainda sido alvo de atualização de fontes de ruído e cartografia, quando necessário.

2. OBJETIVO

O Município de Azambuja, encontra-se presentemente, em processo de revisão do Plano Diretor Municipal, nomeadamente, na fase de elaboração da proposta de plano.

Assim sendo, e considerando que compete aos Municípios, no âmbito do Regulamento Geral do Ruído (RGR), estabelecer nos Planos Municipais de Ordenamento do Território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e mistas e que a sua elaboração, alteração ou revisão seja, apoiada em informação acústica, sendo obrigatório a inclusão no PDM do mapa de ruído e carta de classificação de zonas sensíveis e mistas.

Pretende assim, a Câmara Municipal de Azambuja contratar a aquisição de serviços no âmbito da elaboração do Mapa de Ruído do Município (situação existente e prevista), Carta de classificação de zonas sensíveis e mistas, Mapa de Zonas de Conflito Acústico e Plano Municipal de Redução de Ruído, pelo que, com vista à preparação do respetivo procedimento aquisitivo, e fazendo uso do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, a Câmara Municipal de Azambuja vem, nos termos da denominada "consulta preliminar ao mercado", solicitar informações sobre o objeto do contrato.

Para os devidos efeitos, consideram-se trabalhos incluídos no objeto do contrato os a seguir identificados, que deverão ser elaborados tendo como base a legislação em vigor e atendendo às diretrizes, normas e recomendações aplicáveis:



- a) Mapas de Ruído, relativos à situação atual e à situação prevista na proposta de plano elaborada no âmbito da revisão do PDM, expressos pelos indicadores de ruído L_{den} e L_n , que deverão incluir peças escritas (memória descritiva e resumo não técnico) e peças desenhadas (cartogramas):
 - i. a memória descritiva deve conter a apresentação da metodologia, explicação das condições em que é elaborado o mapa e dos pressupostos considerados, incluindo ainda os dados de entrada;
 - ii. o resumo não técnico, destinado à divulgação ao público, deve incluir os cartogramas.
- b) Carta de classificação de zonas sensíveis e mistas, elaborada ao abrigo das definições contantes das alíneas v) e x) do artigo 3.º do RGR;
- c) Mapa de Zonas de Conflito Acústico, deverá evidenciar as zonas sensíveis e mistas sujeitas a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior, definidos no artigo 11.º do RGR;
- d) Plano Municipal de Redução de Ruído, deverá ser elaborado para as zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados no artigo 11.º do RGR;
- e) Prestar apoio na integração do fator ambiental ruído no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, nomeadamente, na elaboração da proposta de ordenamento e normas regulamentares;
- f) Prestar apoio e assessoria à Câmara Municipal de Azambuja na articulação com as entidades responsáveis pela gestão do ruído ambiente, especialmente, as entidades gestoras/concessionárias das infraestruturas de transporte e entidades responsáveis pelas fontes sonoras mais relevantes de tipo industrial;
- g) Acompanhamento e presença, sempre que convocados, com vista à realização de reuniões conjuntas de trabalho (em articulação com a equipa técnica da revisão do PDMA), bem como as inerentes às apresentações públicas (executivo municipal, comissão consultiva, assembleia municipal, consulta pública) e ainda com as entidades públicas regionais ou nacionais com competência na matéria.

3. FORMA DA CONSULTA

A Consulta Preliminar destina-se à preparação do procedimento de formação do contrato e não terá por efeito distorcer a concorrência, nem resultará em qualquer violação dos princípios da não discriminação e transparência. É imperativo que a consulta preliminar ao mercado seja conduzida com transparência e não haja tratamento desigual de operadores económicos, conforme dispõe o artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos.



Tendo em conta a prossecução destes princípios, a informação da consulta preliminar é publicitada no portal Internet público da Câmara Municipal de Azambuja, da qual faz parte integrante o presente documento, em: <http://www.cm-azambuja.pt/>.

A Consulta Preliminar e o presente documento têm um carácter meramente informativo, não estando a Câmara Municipal de Azambuja vinculada a essas informações, pelo que as mesmas poderão não ser consideradas ou acolhidas nas peças do procedimento de formação do contrato a aprovar pelo órgão competente para a decisão de contratar.

4. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO PELOS OPERADORES ECONÓMICOS

A prestação voluntária de informação pelos operadores económicos deverá ser feita através do seguinte endereço: urbanismo@cm-azambuja.pt.

5. INFORMAÇÃO PRETENDIDA

A informação a prestar voluntariamente pelos operadores económicos, para além da considerada por eles como oportuna e relevante, deverá abordar, os seguintes aspetos:

- Detalhes do operador económico: nome, endereço, contatos;
- Áreas de especialidade e atuação;
- Informação do seu portefólio, que considera relevante para o objeto da consulta preliminar;
- Identificação da equipa executante que será afeta à prestação de serviços;
- Prazo de execução e programa de trabalhos com a respetiva calendarização;
- Memória descritiva e justificativa da metodologia de execução e procedimentos sobre a prestação de serviços;
- Detalhes operacionais e financeiros, nomeadamente para a formação do preço base do procedimento aquisitivo;
- Outra informação relevante.

6. PRAZO DA CONSULTA

A informação prestada pelos operadores económicos será aceite até à data de **12/11/2019**.